

COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
CURSO: TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE (INTEGRADO)	
NÍVEL: 3º SÉRIE	
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS	
DOCENTE: MAIARA GABRIELLE DE SOUZA MELO	
EMENTA	
Em legislação ambiental são definidos o Meio ambiente, impacto ambiental e como a Constituição Brasileira aborda o tema do Meio Ambiente. Da mesma forma é explanada a Lei nº 6.938/81 que define os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e Sistemas Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. São dados a conhecer os instrumentos públicos e entidades de representação popular ligadas ao Meio Ambiente no Brasil. Como é realizado o Licenciamento e a Fiscalização do Ambiente e os procedimentos da Lei nº 6.905/98 de Lei de Crimes Ambientais.	
OBJETIVOS DE ENSINO	
<p>Geral</p> <p>Apresentar ao aluno os preceitos legais para auxiliar na gestão, no licenciamento e na fiscalização ambiental, visando impedir a degradação ambiental e promover a restauração do equilíbrio.</p> <p>Identificar os instrumentos legais passivos de serem utilizados na defesa do meio ambiente e na gestão ambiental.</p> <p>Específicos</p> <p>Conhecer e interpretar as leis ambientais em vigor no Brasil.</p> <p>Reconhecer as obrigações do Poder Público, os Direitos e Deveres dos cidadãos relativos às questões ambientais.</p> <p>Conhecer as instituições públicas e as entidades de representação popular ligadas ao meio ambiente no Brasil.</p> <p>Analisar e interpretar os procedimentos legais de licenciamento e fiscalização ambiental.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de Meio ambiente e Impacto ambiental 2. A Constituição Brasileira e o Meio Ambiente 3. Lei nº 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente e seus instrumentos. 4. Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e Sistemas Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. 5. Instrumentos Públicos e Entidades de Representação Popular ligadas ao Meio Ambiente no Brasil. 6. Licenciamento e Fiscalização Ambiente. 7. Lei nº 6.905/98 – Lei de Crimes Ambientais - Procedimentos. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Estudo individual e em grupo; exposição dialogada de vivências práticas e visitas às instituições relacionadas ao estudo proposto. Uso de recursos didáticos (audios-visuais, como filmes relacionados ao tema).</p> <p>Estudos de caso em grupos através de leitura e análise de artigos científicos e resumos expandidos em português relacionados com os temas a serem tratados.</p> <p>Utilização de quadro branco, computador, textos e livros.</p>	
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
<p>A avaliação ao longo do processo com a participação dos alunos, individualmente e nos grupos, constará de provas teóricas, exercícios de aprendizagem e seminários, tendo como critérios a responsabilidade e a qualidade da(s) tarefa(s), e o tempo de realização proposta.</p> <p>Serão realizadas provas bimestrais e quinzenalmente trabalhos em grupos referentes a textos lidos na sala de aula.</p>	
RECURSOS DIDÁTICOS	

Lousa, caneta, computador com apresentações em powerpoint, xerox de artigos em português e audios-visuais, como filmes relacionados ao tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Básica

BRAGA, B. – Organizador. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2ª ed., 318p, 2005.

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2ª ed., 495 p, 2008.

BRASIL. **Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm>.

Complementar

BRASIL. **Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. Novo Código Florestal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm

BRASIL. **Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Estabelece a revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>

